



Geraldo Magela/Agência Senado



Ao lado de Eduardo Suplicy, a presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, ouve o presidente do Senado, Renan Calheiros, durante sessão temática em Plenário que discutiu a reforma política

Senado deve votar em setembro perda automática de mandato

Medida foi anunciada por Renan Calheiros em meio a críticas de vários senadores à decisão da Câmara de manter o mandato de Natan Donadon

O Plenário deve votar ainda em setembro a proposta de emenda à Constituição que determina a perda imediata do mandato de parlamentar condenado em sentença definitiva por improbidade administrativa

ou crime contra a administração pública. A previsão foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. A rejeição pela Câmara, em votação secreta na quarta-feira, à cassação do deputado Natan Donadon, preso

há mais de dois meses, foi criticada por vários senadores, para quem a aprovação da PEC impedirá que a situação se repita. O texto de Jarbas Vasconcelos recebeu substitutivo de Eduardo Braga. **4 e 5**

Nome para embaixada na Rússia passa em comissão 7

Mínimo de R\$ 722,90 em 2014, estima governo

Proposta orçamentária, entregue ontem ao Congresso, também prevê aumento de 4% no PIB. **2**

Waldemir Borreto/Agência Senado



Casildo Maldaner, Sérgio Souza, Romero Jucá, Walter Pinheiro e Randolfe Rodrigues votam projetos que protegem mulheres

Aprovados quatro projetos da CPI da Mulher

Entre as propostas aprovadas, está a que inclui a violência contra a mulher na Lei da Tortura. Hoje, o "intenso sofrimento físico e mental" provocado nas relações domésticas de forma premeditada e com crueldade

é tipificado como lesão corporal e a pena para o criminoso vai até três anos de prisão. Como tortura, chegaria a oito anos. Esse e outros três projetos da CPI da Violência contra a Mulher agora vão para a Câmara. **3**

Etanol, indústria química e zonas francas recebem incentivo 8

Indicação de procurador segue para o Plenário

Comissão aprovou ontem o nome de Rodrigo Janot para a Procuradoria-Geral da República. **6**

Jane de Araújo/Agência Senado



Ministra do Planejamento, Miriam Belchior entregou o documento

Especialistas pedem normas para publicidade dirigida a criança 3

Novas regras para integração entre produtor rural e indústria 8

Avança proposta sobre exploração sustentável do Cerrado 8

Geraldo Magela/Agência Senado



Janot quer mais diálogo entre o Ministério Público e o Congresso

Proposta de Lei Orçamentária Anual entregue ontem ao Congresso segue expectativa de aumento do comércio internacional, conforme explicou o ministro da Fazenda

Governo prevê mínimo de R\$ 722,90 e PIB 4% maior

A PROPOSTA DE Lei Orçamentária Anual (LOA) entregue ontem pelo Executivo ao Congresso fixa em R\$ 722,90 o salário mínimo para 2014 — aumento de 6,6% em relação ao valor atual, de R\$ 678. O texto também prevê o aumento de 4% do produto interno bruto (PIB) e estima a inflação (IPCA) em 5%.

— Embora pareça uma projeção ambiciosa de crescimento do PIB, há sinais de melhoria, com aumento do comércio internacional — disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O resultado primário somado dos governos federal, estaduais e municipais e das empresas estatais previsto para o próximo ano é de 2,1% do PIB — abaixo dos 2,3% previstos para 2013. Questionado se a previsão de superávit menor tem relação com o aumento dos gastos públicos em época eleitoral, Mantega negou qualquer diminuição no controle das contas públicas e destacou que o superávit pode ser superior aos 2,1%.

— Fizemos uma projeção conservadora da receita, que ainda pode aumentar.

A proposta orçamentária prevê R\$ 2,36 trilhões em despesas primárias e financeiras do governo. Desse total, R\$ 266,2 bilhões serão gastos



Ministra do Planejamento, Miriam Belchior entrega a Renan proposta do governo

discricionários — ou seja, optativos — e não financeiros. Emendas de deputados e senadores poderão alterar a destinação dos valores.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, prevê concursos públicos que deveriam ter sido realizados este ano, mas foram adiados. Ela adiantou que o Ministério da Educação deverá selecionar professores e funcionários administrativos para escolas técnicas e novos campi.

Sem diretrizes

Este ano a proposta da LOA foi encaminhada ao Congresso sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta a elaboração do Orçamento. É o terceiro ano em que isso acontece desde a promulgação da Constituição, em 1988. As outras foram em 1994 e 2006.

Como o texto final da LDO

não foi fechado, o governo usou como parâmetro para o projeto de LOA a proposta original da LDO, entregue ao Congresso em abril.

A LDO não foi aprovada no Congresso devido a negociações para análise dos vetos presidenciais a temas polêmicos, como a Lei do Ato Médico (Lei 12.842/2013), que restringia aos médicos atividades de diagnóstico e prescrição de medicamentos, e o dispositivo que compensava estados e municípios por desonerações tributárias da União (parte da Lei Complementar 143/2013).

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) anunciou que vai começar a analisar o projeto de LDO na terça-feira. O texto final deve ser votado pelo Congresso no dia 17.

(Da Agência Câmara)

Integra do projeto de Lei Orçamentária 2014: <http://bit.ly/PLOA2014>

Planalto quer saúde com 50% do orçamento impositivo

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, reafirmou que o governo apoia a proposta do orçamento impositivo, desde que metade dos valores obrigatórios seja aplicada em ações de saúde.

— A medida vai ao encontro das mobilizações sociais a que assistimos no país, que pedem por melhorias no atendimento à população — disse.

A PEC 565/2006, que tramita no Senado, obriga a liberar as emendas individuais de deputados e senadores 1% da receita corrente líquida (cerca de R\$ 10 milhões por parlamentar).

O texto foi aprovado na

Câmara na terça-feira em segundo turno, após acordo de lideranças partidárias para tentar garantir que pelo menos 40% dos recursos de emendas sejam destinados ao setor da saúde, exceto para pagamento de pessoal e encargos sociais. Pelo acordo, o percentual seria acrescentado ao texto durante a tramitação no Senado. O dinheiro poderia servir para custeio e para investimentos — sempre além do mínimo constitucional destinado à área. O relator do projeto de lei orçamentária, deputado Miguel Corrêa (PT-MG), apoiou os 50% das emendas individuais para a saúde.

O Brasil de 2014

Dos R\$ 266,2 bilhões previstos como despesas discricionárias do Executivo, 23,8% serão destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

PARÂMETROS MACROECONÔMICOS PARA 2014

- PIB real: 4%
- Salário mínimo: R\$ 722,90 (+6,6%)
- PIB nominal: R\$ 5.242,9 bilhões
- Inflação IPCA: 5%

ORÇAMENTO TOTAL – R\$ 2,36 TRILHÕES

Despesa primária e financeira

- Obrigações: 88,3%
- Despesas discricionárias (todos os Poderes): 11,7%

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO EXECUTIVO – R\$ 266,2 BILHÕES

- Saúde: 30,3%
- PAC: 23,8%
- Educação: 13,4%
- Brasil sem Miséria: 12%
- Defesa: 5,5%
- Ciência, Tecnologia e Inovação: 12,6%
- Demais: 12,4%

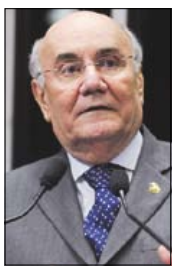
Fonte: Ministério da Fazenda

Flexa Ribeiro cobra regulamentação da Lei Kandir pelo Congresso

Em discurso no Plenário na quarta-feira, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou do Congresso a regulamentação da Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996). A lei prevê que o governo federal deve compensar as perdas dos estados com desonerações dos produtos exportados. Com a falta de regulamentação, os estados não recebem a compensação.

Flexa Ribeiro informou que o governador do Pará, Simão Jatene, entrou no Supremo Tribunal Federal com uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO 25/2013), pedindo que o Judiciário determine que o Congresso regulamente a Lei Kandir, assim como fez com o Fundo de Participação dos Estados.

O senador disse que a decisão do governador foi uma “atitude drástica” em favor de todos os paraenses.



Moreira Moriz/Agência Senado

Delcídio afirma que reforma da legislação do ICMS é urgente

Delcídio do Amaral (PT-MS) alertou o Executivo e o Legislativo para a necessidade de aprovação do projeto que unifica as alíquotas do ICMS, para acabar com a guerra fiscal entre os estados.

Ele afirmou que, caso o Congresso não delibere sobre o assunto, muitas empresas que receberam incentivos fiscais para fazer investimentos no país poderão ser prejudicadas, sobretudo em razão da recente decisão do Supremo que considerou inconstitucionais incentivos fiscais concedidos com base na existência de alíquotas diferenciadas do ICMS.

— Parece que estão esperando um cadáver. Possivelmente, vamos ver várias empresas nessa situação. Não vamos nos antecipar por uma das reformas mais legítimas e importantes para o país. Não podemos deixar que isso aconteça.



Moreira Moriz/Agência Senado

Agripino culpa Executivo por “sexto blecaute em menos de um ano”

O apagão que atingiu todos os estados da Região Nordeste na quarta-feira foi o sexto blecaute no Brasil em menos de um ano, de acordo com José Agripino (DEM-RN). O senador lembrou que, em setembro de 2012, a presidente Dilma Rousseff anunciou a redução de 20% na tarifa de energia elétrica.

— Isso está ocorrendo por incúria de um governo que, incrivelmente, é exercido pela ex-ministra de Minas e Energia, que se diz uma grande gestora, e que tomou essa iniciativa em cima de um sistema que ela administrou até pouco tempo, e que está gerando esses prejuízos todos ao bem-estar da população. Baixar tarifa por decreto, por um ato, como um anúncio, é uma maravilha. Agora, é sustentável? A concessão da distribuição e da geração de energia elétrica sobrevive na medida em que tem lucro, e o lucro é produto de eficiência e de condições que se deem ao setor — afirmou.

SITE DO SENADO FICA FORA DO AR AMANHÃ

As páginas do Senado na internet ficarão fora do ar amanhã, entre 0h e 22h, devido a manutenção de equipamentos programada pelo Prodasen. O objetivo é minimizar riscos associados a falhas no sistema de energia elétrica.

A interrupção atingirá todos os sites vinculados ao domínio www.senado.leg.br, como o Portal de Notícias — que agrega as páginas da Agência, Jornal, Rádio e TV Senado. A transmissão da Rádio Senado e da TV Senado continua normalmente.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h A sessão de hoje é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

CMCC Desastres naturais

9h Audiência pública da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas em Florianópolis.

LEI DE ARBITRAGEM Reunião de juristas

9h Comissão que elabora anteprojeto da Lei de Arbitragem reúne-se para colher sugestões.

RIO SÃO FRANCISCO Comissão externa

13h Debate com prefeitos de Pernambuco, em Serra Talhada (PE), sobre a transposição.

CRA Guajará-Mirim

14h Audiência pública em Guajará-Mirim (RO) debate investimentos da Suframa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

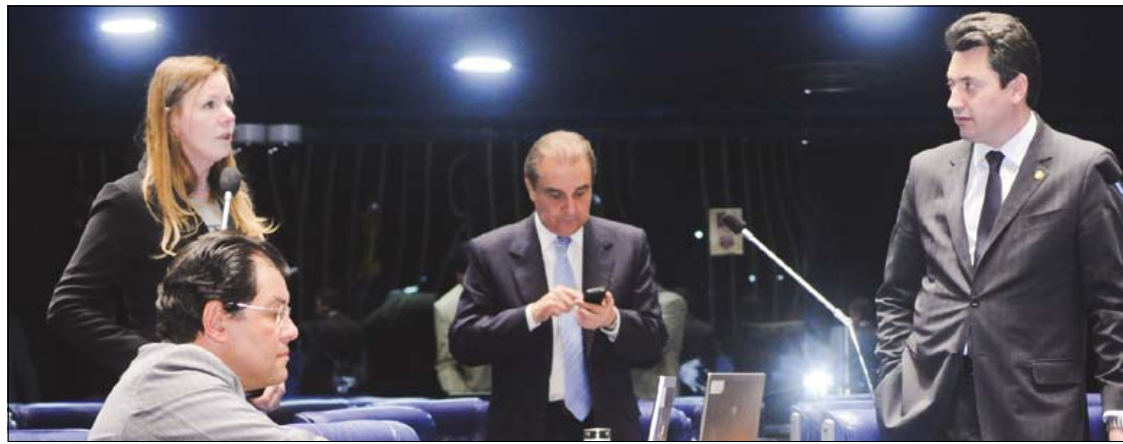
Senado aprova inclusão da violência contra mulher na Lei da Tortura

Essa e outras três propostas apresentadas pela CPI da Violência contra a Mulher vão agora para a Câmara; mais três projetos estão na CCJ

UM ACORDO DE lideranças permitiu a aprovação, no Plenário, de quatro projetos elaborados pela CPI da Violência contra a Mulher, confirmando anúncio feito na terça-feira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, durante a sessão solene pelos sete anos da Lei Maria da Penha, que contou com a presença da presidente Dilma Rousseff. As propostas agora vão para a Câmara.

Um dos projetos aprovados classifica a violência doméstica como crime de tortura (PLS 293/2013). A proposta altera a Lei 9.455/1997 — que define como tortura o constrangimento de pessoa “com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental” — para tratar a discriminação de gênero como caracterizante do crime.

Segundo o PLS 293/2013, o crime estará caracterizado quando alguém, em qualquer relação familiar ou afetiva, vivendo ou não sob o mesmo teto, submeter alguém a intenso sofrimento físico ou mental como forma de exercer domínio, “com emprego de violência ou grave ameaça”.



Vanessa Grazziotin, que ocupa no Senado o cargo de procuradora da Mulher, fala na sessão que aprovou projetos da CPI

Também foi aprovado o PLS 295/2013, que prevê o atendimento especializado no Sistema Único de Saúde (SUS) às mulheres vítimas de violência, incluindo acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras.

O PLS 296/2013, por sua vez, garante benefício temporário às vítimas nos moldes do auxílio por acidente de trabalho. O texto estabelece que as seguradas do INSS vítimas de agressão terão direito ao benefício caso o episódio resulte em afastamento do trabalho. O auxílio poderá ser pago com o seguro-desemprego.

Foi aprovado ainda o PLS

294/2013, que acelera a análise do pedido de prisão preventiva para o agressor, que deverá ser comunicado ao juiz e ao promotor em até 24 horas após encaminhamento da agredida para uma casa-abrigo. A justificativa do projeto ressalta que muitas vezes a vítima “fica custodiada em estabelecimentos governamentais secretos, afastada de sua rotina, proibida de trabalhar e estudar”, enquanto o agressor fica solto.

Comissão

Três projetos da CPI serão submetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ir a Plenário.

É o caso, por exemplo, do PLS 292/2013, que define o crime de feminicídio como “forma extrema de violência de gênero que resulta na morte da mulher”. O crime pode ocorrer quando há relação íntima (afeto ou parentesco) entre vítima e agressor, quando há violência sexual ou quando há mutilação ou desfiguração da vítima.

A CCJ também discutirá o PLS 298/2013, que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, além da iniciativa (PLS 297/2013) que destina parte dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional para a manutenção de casas-abrigo.

Ana Rita comemora avanços após trabalho da CPI

Ana Rita (PT-ES) comemorou ontem os resultados já alcançados pela CPI mista que investigou a violência contra a mulher. Além de 13 projetos de lei, a CPI propôs ações nos níveis federal, estadual e municipal. A senadora, que foi relatora da CPI, disse que as recomendações estão sendo repassadas a autoridades em todo o país.

No Espírito Santo, foi criado um portal sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e estão em teste os botões do pânico distribuídos a cem mulheres que correm risco de agressão pelos companheiros e ex-companheiros. Os dispositivos têm GPS e gravam o som ambiente. No caso de aproximação do agressor, a mulher pode acionar o botão, que informa a localização à polícia.

Ana Rita comemorou o reconhecimento por parte da presidente Dilma Rousseff, que veio ao Congresso na terça-feira para receber o texto das mãos das integrantes da comissão. A senadora pediu aos colegas empenho na aprovação dos sete projetos da CPI, como o PLS 292/2013, que coloca o feminicídio como forma qualificada de homicídio.

Audiência debate controle da publicidade para crianças

A publicidade e a divulgação nos meios de comunicação de produtos dirigidos a crianças precisam ser regulamentadas. Essa é a opinião dos participantes de audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para o lançamento do livro *Publicidade de Alimentos e Crianças: regulação no Brasil e no mundo*.

Há um déficit legal e de políticas públicas no que se refere à relação entre o direito da criança e a comunicação dirigida a elas, disse o secretário-executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), Veet Vivarta. Na avaliação dele, os limites que devem ser dados à publicidade a crianças não ferem a liberdade de expressão, pois representam proteção à saúde dessa parcela da população.

O representante da Andi observou que o argumento do cerceamento da liberdade de expressão dos meios de comunicação e das indústrias também foi utilizado para impedir a restrição do uso do tabaco. Apesar disso, ressaltou, a lei foi aprovada e tem gerado resultados positivos para a saúde pública.



Ana Rita (3ª à dir.) preside audiência sobre publicidade de alimentos para crianças

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), ressaltou que até os 8 anos de idade a criança não consegue distinguir a publicidade da programação televisiva e até os 12 anos não compreende o caráter persuasivo dos comerciais. A senadora disse que estudos mostram que 30 segundos de exposição ao comercial são capazes de influenciar as crianças.

Renata Alves Monteiro, professora do Departamento de Nutrição da Universidade de Brasília (UnB), afirmou que 96% dos alimentos anunciados não são saudáveis, já que contêm excesso de sal, de açúcar ou de gorduras prejudiciais ao organismo. O modo como são anunciados, ressaltou, leva a criança a querer consumi-los, o que aumenta a obesidade

infantil. Ela informou que uma em cada três crianças brasileiras está com excesso de peso, índice que poderia ser melhorado caso fosse banida da TV esse tipo de publicidade.

Ana Rita comunicou que o tema voltará a ser debatido na comissão, desta vez com representantes das associações de anunciantes, das indústrias de refrigerantes e de alimentos, bem como das agências de propagandas.

A diretora de Defesa e Futuro do Instituto Alana, Isabella Henriques, explicou que o livro *Publicidade de Alimentos e Crianças: regulação no Brasil e no mundo* foi editado em parceria com a Andi e com a Universidade de Harvard (EUA). A publicação traz artigos de 11 autores, dos quais 8 são da universidade norte-americana.

Wellington destaca conquistas de escolas de tempo integral no Piauí

Wellington Dias (PT-PI) destacou, na quarta-feira, os avanços da educação no Piauí após a implantação da jornada ampliada em 245 escolas da rede pública estadual de ensino.

O senador citou a escola Professor Raldir Cavalcante Bastos, em Teresina, como a primeira a adotar o ensino em tempo integral, frisando “o ótimo desempenho dos alunos”, confirmado pelos números do



Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), “do qual foi campeã por dois anos”.

— [A escola] tem aulas de balé, xadrez, judô, violão, violino, flauta doce, jornal e rádio e é referência em qualidade educacional — informou Wellington.

Segundo o senador, os investimentos em escolas e na formação de professores da rede pública se intensificaram a partir de 2003.

Mozarildo pede fiscalização rigorosa na construção de hospital

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu rigor na fiscalização dos recursos públicos e na execução da obra do primeiro hospital universitário de Roraima, que deve ser concluído em 2015. O projeto será gerido e custeado pelo governo federal, por meio da Universidade Federal de Roraima (UFRR), e surgiu a partir de decisão do atual governador de Roraima, Anchieta Júnior, de ampliar



e readequar a construção do Hospital das Clínicas na zona oeste da capital, Boa Vista.

Mozarildo concordou que a Universidade Federal de Roraima precisa de um hospital universitário, mas manifestou receio com a proposta já que, segundo o senador, o que se tem visto de norte a sul do estado são obras inacabadas e o mau uso do dinheiro público.

Rodrigo Janot afirmou, durante sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, que o Ministério Público da União deve manter relacionamento sem arestas com o Congresso e outros órgãos públicos



Vital do Rêgo (3º à esq.) preside sessão de sabatina de Rodrigo Janot (2º à esq.), indicado ao cargo de procurador-geral

Indicado a procurador-geral quer diálogo com Legislativo

DEPOIS DE APROVADA pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ontem, a indicação de Rodrigo Janot Monteiro de Barros para o cargo de procurador-geral da República (PGR) seguiu em regime de urgência para o Plenário. Na CCJ, Janot se comprometeu a pautar a atuação à frente do Ministério Público da União (MPU) pelo diálogo institucional permanente.

— O Ministério Público não deve isolar-se. O diálogo a que me proponho pretende tirar arestas na atuação institucional com os diversos órgãos.

A atuação do atual procurador-geral, Roberto Gurgel, pode ter resultado na rejeição, pelo Senado, de indicação feita por ele para o Conselho Nacional do Ministério Público. Pedro Taques (PDT-MT) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) associaram a rejeição a uma retaliação relacionada com o processo do mensalão.

A política de boa vizinhança entre a PGR e o Legislativo levou Janot a admitir a prestação de contas anual de seu trabalho ao Senado. Também elogiou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 53/2011 — agora em tramitação na Câmara — que unifica o regime disciplinar dos membros do MP e torna mais rigorosa a punição para quem cometer crimes graves, como corrupção.

— O Brasil ocupa o 69º lugar no ranking internacional de percepção da corrupção. É necessária uma ação coletiva com diversos organismos do Estado para reverter isso — comentou o procurador.

PEC dos Recursos

Janot disse também que vê “com muito bons olhos” a aprovação da PEC dos Recursos (PEC 15/2011), que transforma os recursos extraordinário e especial em ações

rescisórias e, assim, garante o cumprimento imediato das sentenças judiciais após duas instâncias de decisão: a do juiz de primeiro grau e a do tribunal que revisou o processo. Segundo afirmou, a revisão do sistema de recursos “é uma maneira de atalhar a impunidade e a morosidade da Justiça”.

Outro ponto delicado nas relações entre Legislativo e MP — alvo de queixas recorrentes em sabatinas de indicados aos Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP) — é a divulgação indevida de investigações tocadas por promotores públicos. Apesar de reconhecer que a instituição por ele representada não pode ser “fabricante de boatos”, Janot defendeu seus pares ao assegurar que a atuação “não é espetacular, mas um trabalho profissional em cima daquilo que tem de ser feito”.

Descrença em “devolução” de boliviano

Os 19 senadores que participaram da sabatina de Janot citaram questões ligadas ao Executivo, como a concessão de asilo político ao senador boliviano Róger Pinto Molina e o tratamento jurídico especial a estrangeiros contratados pelo Programa Mais Médicos.

Sobre o pedido de extradição do governo de Evo Morales, que acusa Molina de corrupção, Janot afirmou não

ver possibilidade de “devolvê-lo” à Bolívia durante o asilo.

— O Brasil, como subscritor de duas convenções internacionais em que se obriga a punir corrupção, poderia até levar o senador boliviano às barras da Justiça — afirmou.

Em vez de violação de direitos humanos, o procurador constatou falta de diálogo sobre o Mais Médicos. Sobre a desigualdade na remuneração

— os cubanos receberão uma parcela dos R\$ 10 mil pagos pelo Brasil —, ponderou que nem entre profissionais brasileiros há igualdade de salário.

Muitos senadores elogiaram a decisão da presidente Dilma Rousseff de referendar a indicação e encaminhar para sabatina no Senado o mais votado da lista tríplice feita pelos membros do Ministério Público.

Criada a função de coordenador da Procuradoria Parlamentar

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução que cria a figura do coordenador da Procuradoria Parlamentar, órgão que tem a função de defender a imagem



da Procuradoria Parlamentar, “que ainda encontra grande dificuldade para cumprir suas obrigações institucionais”.

Conforme determina a Resolução do Senado. A procuradoria foi criada em 1995, mas nunca teve um coordenador.

O autor da proposta (PRS 22/2013) é o senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP). Ele argumenta que a criação do cargo de coordenador dará mais efetividade aos trabalhos

do Senado 40/1995, que criou a Procuradoria Parlamentar, o órgão deve ser constituído por cinco senadores. O projeto de Rodrigues estabelece que o coordenador será escolhido entre os membros da procuradoria pelo presidente do Senado.

Ouvidorias legislativas preparam seminário nacional

As ouvidorias do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União realizarão em 18 de setembro, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara, o Seminário Nacional das Ouvidorias Legislativas, com o tema “Ouvidorias no Brasil — transparência e controle social”.

Na avaliação da ouvidora-geral do Senado, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), o seminário servirá para ouvidores, gestores públicos,



servidores e a sociedade civil aprimorarem os conhecimentos e trocarem experiências relacionadas a ouvidorias legislativas. O evento também permitirá

a cooperação técnico-científica, a formação de parcerias estratégicas e a definição de diretrizes comuns, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas.

As inscrições podem ser feitas na internet em <http://bit.ly/seminarioOuvidorias>.

Randolfe: militares não precisam temer revisão da Lei de Anistia

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que é preciso revisar a Lei de Anistia. Ele considera a norma (Lei 6.683/1979) uma imposição do regime militar destinada a dar liberdade a quem “torturou e matou”.

— Ao contrário de leis de anistia de outros países, nossa lei não foi resultado de um processo de conciliação nacional. Foi claramente o resultado de uma imposição do mais forte sobre as oposições e sobre as minorias.

O senador convidou as Forças Armadas a dar sua

contribuição à consciência nacional para que o Brasil supere o “fantasma” dos crimes da ditadura e consolide a transição democrática. Para ele, não é justo responsabilizar só os militares por um golpe de natureza civil-militar promovido pelas elites.

— Não há necessidade de temor, especialmente por parte das classes armadas brasileiras, quanto à revisão da Lei de Anistia. O que aconteceu no passado não é de responsabilidade da atual geração.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Embaixador Antonio Guerreiro, senador Ricardo Ferraço e embaixador Marcos Galvão durante sessão de sabatina

Indicação a embaixada na Rússia segue para Plenário

Além de aprovar Antonio Guerreiro para diplomacia na Federação Russa, Comissão de Relações Exteriores apoia Marcos Galvão como representante do Brasil na Organização Mundial do Comércio

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação de Antonio José Vallim Guerreiro para o cargo de embaixador do Brasil na Rússia e, cumulativamente, no Uzbequistão. Também obteve aprovação geral o diplomata Marcos Bezerra Abbott Galvão, designado para representar o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) e outras organizações econômicas com sede em Genebra. As indicações vão a Plenário.

A Rússia é o país com maior extensão territorial do mundo e está entre os cinco membros permanentes do Conselho de

Segurança da ONU. A OMC, além de atuar como foro de negociações de acordos para liberalizar o comércio internacional, julga conflitos comerciais.

Guerreiro disse que a Rússia continua ocupando posição destacada no cenário internacional e tem o arsenal de armas nucleares que antes estava espalhado pelas demais repúblicas soviéticas. O relacionamento com o Brasil se desenvolve com grande fluidez, segundo ele, assinando a participação dos dois países no grupo do Brics (ao lado da Índia, da China e da África do Sul).

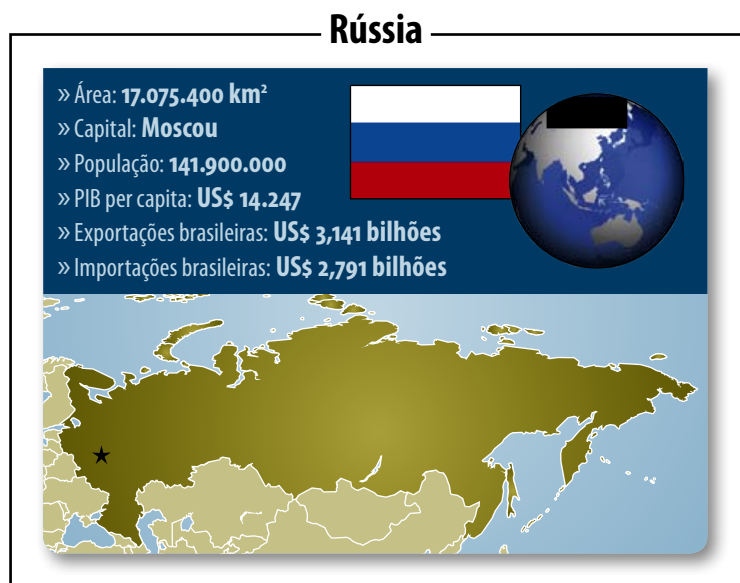
Em 2012, o Brasil exportou

mais de US\$ 2,3 bilhões para a Rússia, enquanto as importações daquele país não chegaram a US\$ 1,5 bilhão. Os dois países, disse Guerreiro, desejam incrementar o comércio bilateral, concordando com uma meta global de intercâmbio da ordem de US\$ 10 bilhões ao ano.

Impasse comercial

Galvão, indicado para a OMC, afirmou que o grande desafio que a organização enfrenta é fazer funcionar o “braço negociador” nas questões de comércio, o que chamou de “função legislativa” da organização. Ele reconheceu que a organização enfrenta um impasse, já que a Rodada Doha está chegando aos 12 anos de instalação e as negociações não avançam.

Segundo o diplomata, o lançamento da rodada ocorreu sob os impactos do atentado de 11 de setembro, em 2001. Naquele momento, observou, houve maior “sensibilidade às frustrações de países em desenvolvimento e seu potencial explosivo”. Mas hoje, ressaltou, é mais difícil obter acordos em relação ao período do sistema do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), feito em 1995 pela OMC.



Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Retirada indicação de transferência do ex-embaixador do Brasil na Bolívia

O Plenário do Senado aprovou ontem mensagem da presidente Dilma Rousseff que retira a indicação do diplomata Marcel Fortuna Biato para ocupar o posto de embaixador do Brasil na Suécia e, cumulativamente, na Letônia. A mensagem foi lida 12 dias depois de encaminhada a indicação para a votação dos senadores.

Marcel Fortuna Biato era embaixador do Brasil na Bolívia desde 2010. A indicação para a embaixada brasileira na Suécia foi retirada depois da repercussão da fuga para o Brasil, no início da semana, do senador boliviano Róger Pinto

Molina, asilado na embaixada brasileira em La Paz havia mais de um ano.

Também foi removido o encarregado de negócios da embaixada em La Paz, Eduardo Saboia, que ficou como substituto durante as férias de Biato e organizou o resgate do político.

Em junho do ano passado, em meio a uma crise diplomática, foi decidida a transferência do embaixador brasileiro da Bolívia para a Suécia. O pedido teria partido do governo boliviano, que vinha fazendo críticas à atuação de Biato no caso do senador Pinto Molina, adversário de Evo Morales.

Ferraço justifica atuação no episódio da fuga do senador boliviano

Na abertura da reunião de ontem da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o presidente do colegiado, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) prestou esclarecimentos sobre a participação dele no episódio que resultou no ingresso no Brasil do senador boliviano Róger Pinto Molina. O político estava na embaixada brasileira na Bolívia há mais de um ano. O Brasil já havia concedido asilo ao senador, mas o governo boliviano retardava a concessão de um salvo-conduto.

Ferraço observou que a vida humana possui “valor absoluto” e que, na situação em que Molina se encontrava, em condições frágeis de saúde, a vida dele estava em risco. De

acordo com Ferraço, o que poderia acontecer era a morte do parlamentar boliviano por “enfarto, um derrame ou mesmo um suicídio”.

Ferraço também fez apelo para que Eduardo Saboia, funcionário do Itamaraty que organizou a evasão de Molina, não tenha a carreira prejudicada. Na opinião dele, deve haver o reconhecimento de que a atuação de Saboia permitiu que uma vida fosse salva.

Para o senador, a forma como o funcionário agiu foi “heterodoxa”, podendo ser considerada “fora da curva”. Mas a própria situação de Molina na embaixada era igualmente “fora da curva”, na avaliação de Ferraço.



Valter Campanato/ABR

Inácio protesta contra possível intervenção dos EUA na Síria

Em pronunciamento na quarta-feira, Inácio Arruda (PCdoB-CE) lamentou que mais uma vez os Estados Unidos “usem uma mentira para invadir outro país”. O senador lembrou que o governo americano “mentiu que o Iraque estava construindo armas de destruição em massa” para justificar a invasão daquele país em 2003. Agora, afirmou, os Estados Unidos tentam invadir a Síria com o argumento de que o governo daquele país, que já enfrenta uma guerra civil, está usando armas químicas no combate aos dissidentes. Ele acrescentou que o PCdoB é totalmente contrário a esse tipo de intervenção.



Moneira Moniz/Agência Senado

Sérgio Souza condena xenofobia contra médicos estrangeiros

Sérgio Souza (PMDB-PR), em pronunciamento na quarta-feira, classificou como corajoso e ousado o lançamento do Programa Mais Médicos, que considera uma resposta expressiva do governo às demandas do povo expressas em protestos de rua. O senador condenou manifestações de xenofobia contra a vinda de médicos estrangeiros, ressaltando que o programa reduz a carência de profissionais verificada longe dos centros urbanos.

— Mais de 10% dos municípios brasileiros não têm um médico sequer para atender a seus habitantes — salientou.



Waldemir Brito/Agência Senado

Paim reprova atitude de entidades contra Programa Mais Médicos

Paulo Paim (PT-RS) criticou na quarta-feira a atitude de entidades médicas contra o Programa Mais Médicos, do governo federal.

O senador lembrou ter, por diversas vezes, apoiado os sindicatos médicos em suas reivindicações, mas disse que não pode concordar com a maneira como essas entidades vêm se posicionando. Ele também criticou mensagens preconceituosas publicadas contra os cubanos nas redes sociais.

— O Brasil não aceita mais esse tipo de prática, seja de médicos, seja de peão, de metalúrgico, seja de deputado, seja de senador — afirmou.



Moneira Moniz/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado



Entre Romero Jucá e Eduardo Suplicy, Randolfe destaca prorrogação, até 2024, de benefícios de áreas de livre comércio

Vai à sanção incentivo para produção de etanol

Projeto, que deriva da MP 613, beneficia a indústria química, a Zona Franca de Manaus e zonas de livre comércio da Amazônia, além de autorizar o repasse de R\$ 3 bilhões aos municípios

O SENADO APROVOU ontem o Projeto de Lei de Conversão 20/2013, decorrente da Medida Provisória (MP) 613/2013, que concedeu incentivos tributários a produtores de etanol e à indústria química, por meio de crédito presumido e redução das alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins. O texto, que vai à sanção, também autoriza ajuda financeira aos municípios e prorroga a validade dos benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus (ZFM) e às zonas de livre comércio da Amazônia.

Relatada por Walter Pinheiro (PT-BA), o projeto permite aos produtores de álcool optar por um regime no qual o PIS-Pasep e a Cofins poderão ser apurados com base em alíquotas por metro cúbico produzido. Tanto as contribuições quanto o crédito presumido serão calculados com os valores de R\$ 21,43 por metro cúbico

(PIS-Pasep) e de R\$ 98,57 (Cofins).

No caso do etanol, as empresas importadoras ou produtoras de álcool terão direito a crédito presumido calculado sobre o volume mensal de venda no mercado interno. O crédito poderá ser calculado para vendas ocorridas até 31 de dezembro de 2016.

Entre 8 de maio (publicação da MP) e 31 de agosto, os valores serão de R\$ 8,57 por metro cúbico de álcool comercializado em relação ao PIS-Pasep. A partir de 1º de setembro, o crédito será de R\$ 21,43 por metro cúbico quanto ao PIS-Pasep e de R\$ 98,57 em relação à Cofins. A intenção é estimular o mercado de combustível. A renúncia de tributos é estimada em R\$ 9,54 bilhões até 2015.

O texto também prevê ajuda de R\$ 3 bilhões aos municípios como compensação pela

queda na arrecadação e nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, além de prorrogar até 2024 benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus e às zonas de livre comércio da Amazônia.

Para Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto é de extrema importância não apenas para produção do etanol, mas também pelos recursos aos municípios. Já Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) destacou os benefícios da Zona Franca e das zonas de livre comércio, fundamentais para o desenvolvimento, segundo ele.

O líder do DEM, José Agripino (RN), votou a favor, mas ressaltou que, mais uma vez, o Senado aprovou projeto abrangendo temas alheios ao objeto original. Ele pediu à Câmara dos Deputados que aprove a PEC 70/2011, que proíbe a inclusão em MPs de assuntos distintos de seu tema.

Lúcia Vânia destaca regulamentação do Fundo do Centro-Oeste

Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou a publicação, no *Diário Oficial da União* do dia 15, do decreto regulamentador do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Para ela, trata-se do coroamento de um grande esforço de composição entre parlamentares e governo e, ao mesmo tempo, da pedra fundamental, por ser o primeiro passo de um longo caminho.

Criado em 2009, o fundo se destina a investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos “de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas”.

Para a senadora, o Centro-Oeste necessita de uma estratégia que considere a região de forma integrada e citou obras de infraestrutura — rodoviária, ferroviária, energética e logística — como fundamentais para atingir o objetivo.

Raupp se diz otimista quanto à construção de ferrovia em Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou satisfação com o lançamento do edital para contratação de empresa especializada em estudo de viabilidade para construção do trecho da Ferrovia Transcontinental entre Porto Velho e Vilhena (RO).

O lançamento foi comunicado ao senador em resposta a requerimento por ele encaminhado ao Ministério dos Transportes. A inclusão do trecho da ferrovia na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) foi um pleito do senador e da mulher dele, a deputada federal Marinha Raupp (PMDB-RO).

— Assim como demos conta das Usinas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, vamos dar conta também desta grande obra — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sérgio Souza defende investimentos em armazenagem

Em pronunciamento ontem, Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu a alocação de recursos para a ampliação e a modernização da atual infraestrutura de escoamento e armazenagem de grãos no país.

O senador defendeu a Medida Provisória (MP) 619/2013, em tramitação no Congresso e da qual é relator, que destina recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento de novas estruturas de armazenagem.

Souza ressaltou que é a primeira vez que o governo estabelece condições especiais para financiamento destinado exclusivamente ao segmento de armazenagem. Nos últimos 15 anos, disse o senador, o crescimento da produção de grãos foi de 217%, mas o desempenho não foi acompanhado por investimentos no escoamento e na armazenagem.

Aprovada integração entre produtor rural e indústria

As disputas judiciais entre produtor rural e agroindústria poderão ser reduzidas. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem substitutivo ao PLS 330/2011, que estabelece regras para o sistema de integração entre produtores rurais e indústrias. A matéria segue direto para a Câmara, se não houver recurso para análise do Plenário. A iniciativa, de Ana Amélia (PP-RS), foi relatada na CRA por Acir Gurgacz (PDT-RO).

Ao comprar carne de frango ou porco, sucos ou polpa de frutas, o consumidor nem imagina que a oferta dos produtos envolve disputas devido à falta de uma lei que regulamente os contratos entre produtor e indústria.

O litígio ocorre por divergências sobre valores devidos a cada parte, responsabilidades em caso de problema na atividade ou prazos de repasses de resultados.

A integração é um contrato no qual o produtor rural se responsabiliza por parte do

processo, como a produção de frutas ou criação de frango, que é repassada à agroindústria para ser transformada no produto final. Na avicultura, por exemplo, os agricultores recebem da agroindústria pintos de um dia, ração, medicamentos e assistência técnica, criam até a fase de abate e os devolve à agroindústria, que produz cortes e toda gama de derivados de carne de frango.

Ana Amélia explicou que os contratos de integração “são bem mais complexos” que contratos encontrados no Código Civil ou no Estatuto da Terra. Para ela, a lacuna na lei deixa exposto o produtor rural, “elo mais fraco da relação”.

— O objetivo é dar segurança jurídica para as partes. Lei boa é aquela que tem equilíbrio — afirmou.

Para Gurgacz, a desvantagem do produtor se deve ao maior poder econômico da indústria, e o projeto busca abolir assimetrias nos contratos.



Marcos Oliveira / Agência Senado

Acir Gurgacz (D) relatou projeto de Ana Amélia: segurança jurídica

Avança projeto que prevê uso sustentável do Cerrado

O projeto de lei que define a Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado foi aprovado ontem pela CRA. Apresentada por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a proposta (PLS 214/2012) recebeu parecer favorável do relator, Jayme Campos (DEM-MT), que acatou 13 emendas.

Na proposta original, o autor tratou dos princípios para a proteção e o uso dos recursos do Cerrado, como prevenção, participação social, direito de propriedade e função socioambiental. Além disso, o projeto trata dos resultados esperados e dos fundamentos para a execução da Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado. O texto disciplina o corte da vegetação nativa e a coleta de subprodutos do bioma.

A iniciativa ainda precisa ser votada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde terá decisão terminativa.

Entre as emendas aprovadas, está a que determina que

somente os remanescentes de vegetação nativa e os passivos ambientais indicados pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR) terão o uso e a conservação regulados pela nova lei. Além disso, define que o bioma terá os limites fixados pelo IBGE.

— O objetivo é compatibilizar o projeto com o novo Código Florestal — explicou Jayme Campos.

Ele também acrescentou aos princípios para proteção a gestão democrática e o reconhecimento do direito adquirido e da função estratégica da agropecuária.

Outra emenda suprimiu o fundamento que determina a interação entre o poder público, organismos internacionais e ONGs para o desenvolvimento sustentável.

— A supressão visa evitar interpretações equivocadas, segundo as quais o poder público estaria compartilhando atribuições com instâncias estranhas ao Estado — disse.